

JUDICIÁRIO

De maneira unânime, filho 03 é réu por coação

Primeira Turma concorda com a PGR que Eduardo agia nos EUA para colocar o STF contra a parede com o objetivo de evitar a condenação do pai por tentativa de golpe

» FRANCISCO ARTUR DE LIMA
» LUANA PATRIOLINO
» FÁBIO GRECHI

O deputado federal Eduardo Bolsonaro (PL-SP) tornou-se, por unanimidade na Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal (STF), réu por tentativa de coação no curso do processo que condenou o pai dele, o ex-presidente Jair Bolsonaro, a 27 anos e três meses de prisão por chefiar uma quadrilha que tramou um golpe de Estado com o objetivo de mantê-lo no poder. O voto da ministra Cármen Lúcia, que fechou a análise da denúncia da Procuradoria-Geral da República, foi apresentado ontem de manhã.

O filho 03 do ex-presidente se autoexilou nos Estados Unidos no começo do ano e, junto com o bloquista Paulo Figueiredo, passou a trabalhar para sancionar o Brasil economicamente e, também, tentar emparar o STF a fim de livrar o pai da condenação. Num primeiro momento, o governo norte-americano impôs um tarifaço de 50% às exportações brasileiras sob a alegação de que o processo contra Bolsonaro era ilegal e que haveria uma "caça às bruxas" no Brasil — que incluiu a perseguição política a Bolsonaro. Porém, as sanções econômicas dos EUA, aos poucos, vão sendo reduzidas. Em relação às restrições impostas aos integrantes do STF — além de vistos suspensos, o ministro Alexandre de Moraes e a mulher foram enquadrados na Lei Magnitsky —, ainda não houve mudança de postura do governo do presidente Donald Trump.

Eduardo tinha se tornado réu na sexta-feira, quando os votos de Moraes e dos ministros Flávio Dino e Cristiano Zanin tinham formado maioria pelo início da análise do caso na turma. No entendimento do procurador-geral da República, Paulo Gonet, a estratégia do deputado envolvia a criação de um clima de insegurança e ameaça, com a projeção de represálias estrangeiras contra autoridades brasileiras e o isolamento diplomático do país.

"Apresentaram-se (Eduardo e Figueiredo) como patrocinadores dessas sanções, como seus articuladores e como as únicas pessoas capazes de desativá-las. Para a interrupção dos danos, objeto das ameaças, cobraram que não houvesse condenação criminal de Jair Bolsonaro"

Lula Marques/Agência Brasil



Para a PGR, deputado incitou os EUA a atacarem autoridades para influenciar no julgamento que condenou o pai



Apresentaram-se (Eduardo Bolsonaro e Paulo Figueiredo) como patrocinadores dessas sanções, como seus articuladores e como as únicas pessoas capazes de desativá-las. Para a interrupção dos danos, objeto das ameaças, cobraram que não houvesse condenação criminal de Jair Bolsonaro"

Trecho da denúncia da Procuradoria-Geral da República contra o filho 03 do ex-presidente



Outros candidatos anti-establishment, como Bolsonaro, e favoritos ao Senado sofrerão a mesma perseguição. Jamais fui citado. Por que Moraes não usa os canais oficiais com os EUA?"

Reação de Eduardo Bolsonaro nas redes sociais

Ameaças

Segundo Moraes, a denúncia apresentou "indícios suficientes e razoáveis de autoria" e expôs a "gravidade" das ameaças do deputado a autoridades brasileiras, "notadamente aos ministros do Supremo Tribunal Federal". O ministro

destacou que a "estratégia de coação" foi "abundantemente" exposta nas redes sociais do deputado. Ele considerou que a "grave ameaça" se materializou pela articulação e obtenção de sanções do governo dos Estados Unidos, com o aumento de tarifas de exportação ao Brasil, suspensão de vistos de autoridades brasileiras e a aplicação dos efeitos da Lei Magnitsky.

Moraes disse mais: que o deputado agiu em nome de interesses particulares e buscou "criar ambiente de intimidação sobre as

autoridades responsáveis pelo julgamento" do ex-presidente e por um possível projeto de anistia aos crimes do 8 de Janeiro. O ministro foi o único que apresentou voto escrito.

Com a abertura de uma ação criminal, o STF tem a opção de pedir a extradição do deputado antes mesmo do julgamento de mérito das acusações. O retorno forçado ao Brasil pode ser solicitado não apenas para o cumprimento de pena, mas, também, para fins de instrução do processo. Os trâmites

dependeriam, no entanto, da colaboração do governo dos EUA.

Canais competentes

Tão logo soube que passara à condição de réu, em vídeo postado no Instagram pessoal, o filho 03 voltou a atacar Moraes afirmando que o ministro teria, segundo ele, ignorado os canais competentes para citá-lo a fim de que pudesse se defender — como o envio de uma carta rogatória ao Departamento de Justiça dos EUA, que a encaminharia ao deputado.

"Moraes vota para me tornar réu. Outros candidatos anti-establishment, como o próprio Jair Bolsonaro, e favoritos ao Senado sofrerão a mesma perseguição. Jamais fui citado. Por que Moraes não usa os canais oficiais com os EUA?", cobrou.

Porém, o ministro citou-o por edital público e, ante a ausência de resposta, determinou que a Defensoria Pública da União (DPU) atuasse em favor de Eduardo. O defensor público Antônio Ezequiel Inácio Barbosa foi designado para representar o deputado.

No pedido, o advogado afirmou que a denúncia "confunde manifestação política com coação processual". Sustentou, ainda, que o crime de coação tem como requisito "violência ou grave ameaça" e que a PGR não descreve atos violentos de Eduardo, nem aponta como ele teria influência nas decisões do governo norte-americano. (Com Agência Estado)

Ex-ministro é indiciado por importunação

Filipe Araújo/MINC



Silvio foi acusado, inclusive, pela ex-colega de governo Anielle Franco

A Polícia Federal (PF) indiciou o ex-ministro dos Direitos Humanos do governo Lula, Silvio Almeida, pelo crime de importunação sexual — que consiste em "praticar contra alguém e sem a sua anuência ato libidinoso com o objetivo de satisfazer a própria lascívia ou a de terceiro", de acordo com o Código Penal. A pena prevê reclusão de um a cinco anos, "se o ato não constitui crime mais grave".

O indiciamento ocorre quando a PF avalia ter indícios de crime suficientes contra o investigado. O caso foi encaminhado ao Supremo Tribunal Federal e o relator do inquérito é o ministro André Mendonça.

Ele deve pedir manifestação do Ministério Pùblico Federal (MPF), que decide se transforma a ação numa denúncia formal, encaminhada ao Poder Judiciário. O magistrado havia prorrogado em fevereiro o prazo do inquérito.

O ex-ministro foi demitido do

assédio sexual. No mês seguinte, um dos pedidos de investigação foi arquivado.

Em fevereiro passado, o ex-ministro anunciou que retomaria

susas atividades no mercado editorial e em seu canal do YouTube. "Se o morto levanta, acabou o velório", disse. "Tentaram me matar, mas não deu certo", continuou.

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo

luizacedo.df@dabr.com.br



kleber sales



O sonho acabou: chilenos vão às urnas, hoje, sob o signo do medo

Como aconteceu com as últimas eleições na Bolívia, no Equador e na Argentina, o Chile vota hoje polarizado entre a esquerda e a ultradireita. Jeannette Jara (Partido Comunista do Chile), apoiada pelo presidente Gabriel Boric, e José Antonio Kast (Partido Republicano, pinochetista) lideram a disputa.

Durante décadas, o país alternou presidências de esquerda e de direita moderada, tornando-se um "case" de crescimento alto, estabilidade macroeconómica, redução da pobreza e instituições sólidas. Governos de centro-esquerda e centro-direita partilharam o mesmo "sonho chileno": transformar o país em desenvolvido até 2020. Esse ciclo ruiu com o tsunami social de 2019, que expôs os limites do modelo: desigualdade social, serviços públicos precários, sistema de pensões privatizado e endividamento das famílias.

A resposta institucional foi ousada: um acordo para redigir uma nova Constituição, aprovado por 78% dos eleitores em 2020. Mas o processo terminou em frustração. Em 2022, o texto progressista da Convenção Constitucional foi rejeitado por 62%. Em 2023, caiu também o projeto conservador elaborado por um conselho dominado pela direita. O país permaneceu, assim, com a Constituição herdada da ditadura de Pinochet, reformada, porém incapaz de simbolizar um novo pacto social.

O eleitorado chileno está cansado de promessas de "refundação", desconfiado das elites e preso ao que especialistas classificam como "crise de países de renda média": expectativas muito altas, crescimento fraco e um sistema político fragmentado, incapaz de produzir reformas estruturais. Nada muito diferente do que ocorre no Brasil. Nesse vazio, um tema ocupou o centro da campanha: segurança pública.

A preocupação com criminalidade, assaltos, roubos e crime organizado cresceu, sobretudo entre os mais pobres. A presença de gangues estrangeiras — com destaque para redes vinculadas à migração venezuelana — e casos de sequestro e homicídios violentos alimentaram a sensação de que "o país não é mais o mesmo".

É esse Chile amedrontado que escuta José Antonio Kast, cuja campanha promete um "governo de emergência", militarização de fronteiras, barreiras físicas no Norte e deportações em massa. Kast inspira-se explicitamente em Donald Trump, Nayib Bukele e Victor Orbán, combinando discurso de lei e ordem com conservadorismo moral. Ele é o candidato mais competitivo em cenários de segundo turno. Por quê?

É que o governo Boric chega enfraquecido ao fim do mandato. Sua agenda de reformas — tributária, previdenciária e trabalhista — esbarrou no Congresso conservador e fortalecido após o fracasso constitucional. A deterioração da segurança e a percepção de avanço do crime organizado reduziram sua popularidade para cerca de 30%. O pleito de hoje funciona como um referendo informal sobre Boric.

Duas agendas

Kast explora isso de forma incessante: "Jara é Boric e Boric é Jara". Além disso, parte da antiga centro-esquerda da Concertación nunca aceitou a hegemonia do novo eixo Frente Amplio-Partido Comunista, consolidado por Boric. A candidatura de uma militante comunista aprofundou essa divisão e expôs fissuras entre moderados e a nova esquerda.

Promo da discordia, Jeanette Jara, 51 anos, advogada, ex-ministra do Trabalho e de origem popular, é a primeira postulante comunista competitiva desde a redemocratização. Responsável pelo aumento histórico do salário mínimo para 500 mil pesos, pela reforma das pensões e pela jornada de 40 horas, construiu um discurso voltado aos trabalhadores de baixa e média renda.

Defende um "salário vital" de 750 mil pesos, controle de preços de medicamentos, creche universal, mais investimento em saúde e uma Empresa Nacional do Lítio. Ao mesmo tempo, adotou um tom pragmático: compromisso com responsabilidade fiscal, distância de regimes autoritários de esquerda e prioridade para a segurança, com foco em investigação financeira e policiamento de proximidade.

Kast, de 59 anos, advogado, líder do Partido Republicano, disputa sua terceira eleição presidencial. Rejeita aborto em qualquer circunstância, casamento igualitário, avanços de gênero e defende políticas migratórias e penais extremamente rígidas. Não esconde sua admiração pelo ditador Augusto Pinochet.

Na economia, propõe cortes de gastos, redução de impostos e ampliação de parcerias público-privadas. Seu núcleo eleitoral é composto por homens, jovens de baixa renda, moradores de áreas periféricas e segmentos evangélicos, todos impactados pela sensação de desordem e perda de controle estatal.

As últimas pesquisas (AtlasIntel) mostram Jara à frente no primeiro turno, com 32,7%, seguida por Kast (20,1%), Evelyn Matthei (13,8%), Johannes Kaiser (13,4%) e Franco Parisi (13,2%). A projeção aponta um segundo turno entre Jara e Kast, no qual a candidata da esquerda perde em todos os cenários testados. No duelo direto, Kast venceria por 47% a 39%. A conferir.